

Região estuda gerar energia do lixo

Em elaboração pelo IPT, Plano de Gestão de Resíduos Sólidos pode conter processamento de resíduos sólidos para produzir gás

GUSTAVO T. DE MIRANDA
DA REDAÇÃO

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), contratado pela Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) para desenvolver o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, tem dado atenção à discussão de soluções térmicas para criar energia por meio do processamento do lixo das cidades da região.

A informação foi dada ontem pela pesquisadora Cláudia Echevengúá Teixeira, que participou de uma palestra durante a programação da Semana do Meio Ambiente, na Unip de Santos. “A nossa ideia é colocar em discussão as rotas térmicas. A solução é combinada e envolve processos físicos, biológicos e térmicos”, fala.

Funciona assim: a matéria orgânica, como restos agrícolas ou de animais, madeira, es-



Aterro Sanitário do Sítio das Neves, que recebe a maior parte do lixo da região, só tem vida útil até 2020; outro local deve ser encontrado

terco, frutas e vegetais, é submetida a um processo de fermentação a vácuo (sem ar) por bactérias, gerando gás.

Após o processo, estima-se, sobram apenas 10% do lixo original como resíduo. Sem esse processamento, 98% do lixo recolhido precisa ser destinado.

Considerando que, hoje, o Aterro Sanitário do Sítio das Neves, na Área Continental de Santos – local para onde é enviado o lixo de sete cidades da Baixada – está no limite da saturação, tal redução no volume de resíduos é fundamental.

“Se a gente não chegar rapi-

damente a uma conclusão, a gente vai acabar colocando as 1,5 mil toneladas de lixo por dia para subir a Serra”, afirma.

Para ela, o importante é entender que não há muito tempo. “Por que chegamos com a água no nariz? São situações muito complexas, são tomadas

de decisão que envolvem muitos atores. Terminando em junho, nós temos de fazer tudo isso com muita transparência”.

Outro problema, segundo a técnica do IPT, é a necessidade de espaço físico para a destinação final dos detritos. “O lixo não some do nada. Vai ter

PRÓXIMOS PASSOS

Na semana dos dias 21, 22 e 23 deste mês, a Agem vai organizar três oficinas microrregionais (em Praia Grande, Guarujá e Peruíbe, respectivamente). A ideia é levar as discussões para as cidades com o intuito de obter informações locais e particularidades sobre o lixo produzido nessas cidades.

ainda rejeito, então precisamos de local para a disposição final. Em breve vamos entrar nessa pauta”, acrescenta.

INTEGRAÇÃO

A técnica frisa que o trabalho do IPT precisa levar em consideração que é preciso desenvolver um sistema integrado de tratamento e processamento de resíduos. “Pensando assim, estamos vendo se dá para otimizar reciclagem, calcular a meta, o custo disso, para saber quanto deve investir”, reforça.

No mundo perfeito, o ideal seria que apenas 12% das 1,5 mil toneladas diárias de lixo da região fossem efetivamente destinadas para disposição em aterro sanitário.

“No lixo, há uma parte orgânica putrecível, que são os restos de alimento e o lixo vindo do banheiro, como papel higiênico, fralda e absorvente. Essa parte imprópria fica muito difícil de colocar em um biodigestor”, argumenta.



Uma chaga que ficou para trás na região: os lixões, como o da Alemoa, em que os detritos eram simplesmente amontoados a céu aberto

CARLOS NOGUEIRA - 3/4/2001

CONSUMO FERÓZ

“A gente precisa desenvolver uma nova postura de consumo consciente. É necessário perguntar por que compramos, o que, como, de quem, como usamos e descartamos esses produtos (...) Somos ferozes consumidores. Como cidadãos, devemos pensar nessa sociedade. A gente precisa sair do discurso e passar a uma atuação prática”

Cláudia Echevengúá Teixeira
técnica do IPT



ROGÉRIO SOARES

Ilegais, lixões ainda predominam pelo Brasil

■ O Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, traz discussões urgentes à tona. A situação dos lixões no Brasil é um assunto que requer mais reflexão das autoridades.

De acordo com a legislação, esse formato se tornou ilegal desde 1954, mas ainda é um problema que está longe de ser resolvido. Calcula-se que 40% dos resíduos do planeta vão para esses locais, segundo Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA, em inglês).

Complementando esse cenário, estima-se que os gastos, entre 2016 e 2021, provenientes da somatória de custos ambientais e de saúde, girem entre US\$ 3,25 e US\$ 4,65 bilhões, somente no Brasil.

Na opinião do economista Jonas Okawara, do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo (Selur-SP), para ser resolvida, essa questão precisa da mobilização.

“Os aterros sanitários são as formas mais apropriadas para descarte e manuseio dos resíduos sólidos, uma vez que permitem a disposição final correta, com custos adequados à realidade brasileira”, diz.

QUESTÃO DE SAÚDE

O Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Es-

peciais (Abrelpe) destaca que 41,3% dos resíduos coletados não têm destinação adequada, contra 58,7% encaminhados para aterros sanitários.

Para Okawara, esse cenário é preocupante e interfere diretamente na saúde da população e na proteção do meio ambiente. “Os lixões são associados a diversas mazelas da saúde: muitas vezes, há liberação de uma série de compostos que podem ser tóxicos para o organismo”.

Atualmente, 3.326 municípios ainda destinam inadequadamente seus resíduos sólidos. Soma-se a esse cenário o fato de que cerca de um terço da popula-

ção é servida por esse modelo.

“Em uma nação de proporções continentais, os números se tornam ainda mais alarman-

tes devido aos problemas que essas práticas inapropriadas geram para as pessoas e o meio ambiente”, afirma.

DESTINAÇÃO

3.326

municípios

dos cerca de 5.500 do País, ainda destinam inadequadamente seus resíduos sólidos, sendo que 2/3 da população brasileira ainda são atendidos por esse modelo

PREJUÍZOS

De acordo com a pesquisa Saúde Desperdiçada – o Caso dos Lixões da ISWA, entre 2010 e 2014, os gastos ocasionados pelos danos ambientais ficaram entre US\$ 1,4 e US\$ 2,8 bilhões no Brasil. Calcula-se que os custos que essas práticas têm sobre a saúde nacional são de R\$ 370 milhões ao ano.

Além da gradual substituição dos lixões e aterros controlados por aterros sanitários regionais, outras práticas podem ser adotadas pela população. Enquanto a questão dos lixões – muito comum em países em desenvolvimento – não é 100%

EVOLUÇÃO

De acordo com a ISWA, 75 milhões de pessoas são afetadas pelos lixões no País. Se o cenário permanecer como está – isto é, as taxas de urbanização aumentando mais do que os progressos em saneamento –, nos próximos 10 anos o percentual de descarte nos vazadouros e suas graves consequências na vida dos cidadãos aumentarão consideravelmente. Atualmente, na Baixada Santista, não há mais lixões.

sanada, a população pode contribuir adotando a aplicação dos 3 Rs – reduzir, reutilizar e reciclar.

VAZIO JURÍDICO

Há hoje uma mobilização na Câmara dos Deputados pela votação do PL 2289/15, que pretende estender o prazo para o fim dos lixões. O projeto de lei simplesmente prorroga os prazos previstos na PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) para a eliminação dos lixões, sem qualquer solução estruturante para o problema.

Lideranças parlamentares discutem um substitutivo ao texto, condicionando a referida prorrogação de prazo à elaboração do plano de gestão integrada de resíduos sólidos e à instituição de um modelo de arrecadação específica para custear os serviços de coleta e gestão dos resíduos sólidos pelos municípios.